



## PREFEITURA MUNICIPAL DE GONGOGI

CNPJ: 14.235.048/0001-93

Rua Dom Eduardo Herberold, 17 – Centro – Gongogi – BA – 45540-000 -

Fone/Fax: (73) 3240-2445

### CONTRATO

#### TERMO DE CONTRATO DE COMPRA Nº 216/2022 QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO GONGOGI E A EMPRESA NOVO DIESEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA - ME INSCRITA

O Município GONGOGI, inscrito no CNPJ sob o nº 14.235.048/0001-93, com sede na Rua Dom Eduardo Herberold, 17, centro, Gongogi – Ba, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, senhor Adriano Mendonça Pinheiro, no uso de suas atribuições, através da Secretaria Municipal de Saúde inscrita no CNPJ sob o nº. 12.769.464/0001-46 Secretaria Municipal de Educação inscrita no CNPJ sob o nº. 30.944.918/0001-50, bem como as demais Secretarias nos termos do que dispõem a Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, a partir daqui doravante e denominado Contratante, a empresa **NOVO DIESEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS AUTOMOTIVO LTDA - ME**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **08.490.889/0001-44**, sediada na Alexandre Lima s/n quadra 68, Lote 54 Bairro Antônio Lourenço, em Ipiaú - BA, Doravante designada CONTRATADA, neste ato representado pelo Sr (a). **Maria Ivonete Sampaio Ferreira**, portadora da Carteira de Identidade nº 574797956, expedida pela SSP BA, e CPF nº 736.709.285-53, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº **40/2022** e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Presencial nº 01/2022, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de peças para veículos automotores e prestação de serviços de mão de obra mecânica, elétrica e borracharia, para manutenção da frota municipal de Gongogi-Ba, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

1.2. Discriminação do objeto:

DESCRIÇÃO	QUANT	VATOR UM	VOLOR TOTAL
LAMINA 13 FUIROS	01	R\$ 3.864,00	R\$ 3.864,00
CALCO DE AÇO	04	R\$ 230,00	R\$ 920,00
PARAFUSO DO DESLIZANTE	16	R\$ 87,40	R\$ 1.398,40
PARAFUSO DE AÇO LAMINA	26	R\$ 59,80	R\$ 1.554,80
CURVA DA LAMINA	01	R\$ 3.588,00	R\$ 3.588,00
PARAFUSO CURVA DA LAMINA	12	R\$ 173,90	R\$ 2.086,80
RESERVATORIO DE AGUA CASE	01	R\$ 1.150,00	R\$ 1.150,00
FILTRO RACOR R120	01	R\$ 275,00	R\$ 275,00
FILTRO DE OLEO	01	R\$ 220,00	R\$ 220,00
FILTRO DE COMBUSTIVEL FCD	01	R\$ 252,00	R\$ 252,00
CANO	02	R\$ 405,00	R\$ 810,00
CUICA DE FREIO 30X30	02	R\$ 536,00	R\$ 1.072,00
LONA P/ FREIOS L- 224 LONAFLEX	01	R\$ 400,00	R\$ 400,00
MACACO HIDRAULICO 15 TON	01	R\$ 1.074,00	R\$ 1.074,00
BATERIA CX 100E VELOX	02	R\$ 900,00	R\$ 1.800,00
MANETE DE FREIO	01	R\$ 1.300,00	R\$ 1.300,00
PONTEIRA	02	R\$ 382,00	R\$ 764,00
FILTRO DE AR PRIMARIO JCB	01	R\$ 818,40	R\$ 818,40



## PREFEITURA MUNICIPAL DE GONGOGI

CNPJ: 14.235.048/0001-93

Rua Dom Eduardo Herberold, 17 – Centro – Gongogi – BA – 45540-000 -

Fone/Fax: (73) 3240-2445

BALDE DE OLEO 15 W 40 LUBRAX	01	R\$ 752,60	R\$ 752,60
CRUZETA	02	R\$ 483,60	R\$ 967,20
REPARO DO CILINDRO	02	1.023,00	R\$ 2.046,00
BASE DE LAMINA	01	4.650,00	R\$ 4.650,00
FILTRO HIDRAULICO P550416	01	R\$ 632,40	R\$ 632,40
EMBUCHAMENTO DO RETRO	01	R\$ 5.077,80	R\$ 5.077,80
BALDE DE OLEO	01	R\$ 864,90	R\$ 864,90
FILTRO DE COMBUSTIVEL	01	R\$ 567,30	R\$ 567,30
BALDE DE OLEO	01	R\$ 604,50	R\$ 604,50
OLEO 5W30 IL LUBRAX	08	R\$ 50,00	R\$ 400,00
FILTRO DE COMBUSTIVEL MAN P 718/1 X	01	R\$ 247,40	R\$ 247,40
PALHETA AERO FLAT 23	01	R\$ 204,60	R\$ 204,60
FILTRO DE OLEO	01	R\$ 144,20	R\$ 144,20
FILTRO DE AR	01	R\$ 73,00	R\$ 73,00
PASTILHA DE FREIO DIANT	02	R\$ 510,40	R\$ 1.020,80
DISCO DE FREIO HF 843	02	R\$ 286,50	R\$ 573,00
BATERIA VX 100E VELOX	01	R\$ 898,40	R\$ 898,40
BORRACHA PORTA	01	R\$ 1.310,00	R\$ 1.310,00
PALHETA GRANERO	01	R\$ 237,20	R\$ 237,20
LONA P/ FREIOS	02	R\$ 641,70	R\$ 1.283,40
TAMBOR DE FREIO	02	R\$ 845,00	R\$ 1.690,00
LAMPADA 02 POLO 24V OSRAM	08	R\$ 18,80	R\$ 150,40
CANO	01	R\$ 911,40	R\$ 911,40
LANTERNA SUP TRAS 24 VERMELHA	02	R\$ 111,60	R\$ 223,20
KIT EMBREAGEM	01	5.859,00	R\$ 5.589,00
TOTAL			R\$ 54.736,10

SERVIÇOS PESADOS					
ITEM	DESCRIÇÃO PRODUTO	HORA	QUAN	VALOR UNI	VALOR TOTAL
3	SERVICO MECANICO EM VEICULOS PESADOS	HORA	37	R\$ 184,00	R\$ 6.808,00
1	SERVIÇOS ELETRICO EM VEICULOS PESADOS	HORA	02	R\$ 210,00	R\$ 420,00
2	SERVIÇOS MECANICO EM MAQUINA	HORA	20	R\$ 227,00	R\$ 4.540,00
TOTAL					R\$ 11.768,00

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 21 de junho de 2022 a 31 de dezembro de 2022, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de **R\$ 66.504,10 (sessenta e seis mil, quinhentos e quatro reais e dez centavos)**.

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## 4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município, para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

**02.04.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE GONGOGI**

**CNPJ: 14.235.048/0001-93**

**Rua Dom Eduardo Herberold, 17 – Centro – Gongogi – BA – 45540-000 -**

**Fone/Fax: (73) 3240-2445**

2006 – Gestão das Ações da Secretaria Municipal de Administração

3.3.90.30.00 – Material de Consumo –

3.3.90.39.00- Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas

Fonte: 00, 42 Royalties

**02.07.01 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

2012 – Gestão das Ações do Fundo Municipal de Assistência Social

2014 – Gestão das ações do Concelho Tutelar

2015 – Gestão dos Recursos do CRAS

2016 – Gestão dos Recursos do CREAS/FEAS

2017 – Gestão dos Recursos do IGDBF

2020 Gestão dos Recursos Vinculados

3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Fonte: 00,29, 42 Royalties

**02.08.01 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

2026-Gestão dos recursos do Prog. Estadual Transp. Escolar (PETE)

2029- Gestão das Ações do Ensino Básico – Fundeb – 40%

2031 – Gestão das Ações do Ensino Infantil

2032 – Gestão dos recursos do MDE

2033- Gestão dos Serviços de Transporte Escolar /Penate

2035 – Gestão dos Recursos do Salário da Educação – QSE

3.3.90.30.00 – Material de Consumo –

3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica-

Fonte- 00, 04, 15, 19, 42

**02.10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

2042 – Gestão das Ações da Secretaria Municipal de Saúde

2045 – Gestão das Ações de Vigilância Epidemiologica

2048 Gestão das Ações do Programa de Vigilância Sanitária

2050 – Gestão das Ações do Hospital Municipal de Gongogi

2051 Gestão das Ações do Programa Saúde da Família

3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Fonte: 02, 14, 42 Royalties

**02.11.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO OBRAS E SERVIÇOS**

2054 – Gestão da Secretaria de Urbanismo, Obras e Serviços Públicos

2055 – Gestão das ações dos Serviços de Limpeza Pública



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE GONGOGI**

**CNPJ: 14.235.048/0001-93**

**Rua Dom Eduardo Herberold, 17 – Centro – Gongogi – BA – 45540-000 -**

**Fone/Fax: (73) 3240-2445**

2057 – Gestão dos Recursos do Royalties

3.3.90.30.00 – Material de Consumo

3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – Recursos Ordinários

Fonte: 00, 42 Royalties

### **02.12.01 SECRETARIA DE AGRICULTURA INDUSTRIA E COMERCIO**

2058 Gestão das Ações da Secretaria de Agricultura Industria e Comércio

3.3.90.30.00 – Material de Consumo

3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – Recursos Ordinários

Fonte: 00, 42 Royalties

## **5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO**

5.1 Pela execução do objeto da presente Licitação, o Município efetuará os pagamentos à contratada, mensalmente, mediante apresentação de nota fiscal, acompanhada da certidão de regularidade com a fazenda Nacional, Dívida Ativa da União e Tributos e Contribuições Federais e da certidão de regularidade com FGTS.

5.2 O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias contados da data de protocolização e aceitação pelo Contratante da Nota Fiscal / Fatura correspondente, devidamente atestada pelo Controle de Frota. O pagamento da Nota Fiscal/Fatura fica condicionado ao cumprimento dos critérios de recebimento.

5.3 Não serão pagas faturas que contenham rasuras ou apresentem descrição de produtos em desacordo com a autorização emitida pelo Setor de Compras, com o edital, com a ata de registro de preços e com a proposta do licitante. As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá 30 (trinta) dias úteis após a data de sua reapresentação válida

## **6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES**

6.1. O preço contratado é fixo e irremovível.

6.2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.4. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.5. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO**

7.1. - Os bens serão recebidos:

a) Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

b) Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 03 (três) dias do recebimento provisório.

7.2 - Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE GONGOGI**

**CNPJ: 14.235.048/0001-93**

**Rua Dom Eduardo Herberold, 17 – Centro – Gongogi – BA – 45540-000 -**

**Fone/Fax: (73) 3240-2445**

7.3 - A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

7.4 - O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

### **8. CLAÚSULA OITAVA - FISCALIZAÇÃO**

8.1. A fiscalização e o acompanhamento do contrato serão exercidos por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

8.2 A fiscalização da execução dado contrato caberá ao servidor FLÁVIO BARROS MATOS, designado como Gestor de Fiscal de Contrato pela Portaria Municipal nº 328/2022.

### **9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

9.1 - A Contratante obriga-se a

- a) Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;
- b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
- c) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
- d) Efetuar o pagamento no prazo previsto.

9.2 A contratada se obrigará

- a) Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicado pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;
- b) Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- c) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
  - c.1) O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, o produto com avarias ou defeitos;
- d) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;
- e) Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- f) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- g) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;
- h) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE GONGOGI**

**CNPJ: 14.235.048/0001-93**

**Rua Dom Eduardo Herberold, 17 – Centro – Gongogi – BA – 45540-000 -**

**Fone/Fax: (73) 3240-2445**

i) Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

**10 CLÁUSULA DÉCIMA – DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

10.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto nº 5.450, de 2005, a Contratada que, no decorrer da contratação:

- a) Inexecutar total ou parcialmente o contrato;
- b) Apresentar documentação falsa;
- c) Comportar-se de modo inidôneo;
- d) Cometer fraude fiscal;
- e) Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital, no Contrato.

10.2 – A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

b) Multa:

b.1) Moratória de até 0,33% (zero, vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 60 (sessenta) dias;

b.2) Compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato.

c) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Município de Gongogi pelo prazo de até dois anos;

d) Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

10.3 - A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

10.4 - Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

a) tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.5 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE GONGOGI**

**CNPJ: 14.235.048/0001-93**

**Rua Dom Eduardo Herberold, 17 – Centro – Gongogi – BA – 45540-000 -**

**Fone/Fax: (73) 3240-2445**

10.6 - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10.7 - As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

10.8 - Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.9 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro Municipal de Registro de Fornecedores.

10.10 - As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso, das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

10.11 - As infrações e sanções relativas a atos praticados no decorrer da licitação estão previstas no Edital.

### **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO**

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

11.2. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.4. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa, prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.5. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

### **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES**

12.1. É vedado à CONTRATADA:

- a) caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
- b) interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS.**

13.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE GONGOGI**

**CNPJ: 14.235.048/0001-93**

**Rua Dom Eduardo Herberold, 17 – Centro – Gongogi – BA – 45540-000 -**

**Fone/Fax: (73) 3240-2445**

14.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Quadro de Avisos do Município e Diário Oficial do Município, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

**15. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FORO**


15.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Comarca de Ubaitaba – Justiça Comum.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Gongogi, 21 de junho de 2022



Município de Gongogi  
Adriano Mendonça Pinheiro  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE



NOVO DIESEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA  
CNPJ Nº 08.490.889/0001-44  
Maria Ivonete Sampaio Ferreira  
CPF nº 736.709.285-53  
CONTRATADA

**TESTEMUNHAS:**

Nome Adriano Souto Sampaio

CPF: 072.067.095-13

Nome [Handwritten]

CPF: 02241345580







**PREFEITURA MUNICIPAL DE GONGOGI**

**CNPJ: 14.235.048/0001-93**

**Rua Dom Eduardo Herberold, 17 – Centro – Gongogi – BA – 45540-000 -**

**Fone/Fax: (73) 3240-2445**

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 216/2022**

**PARTES:** Município de Gongogi – BA

**CONTRATADA – NOVO DIESEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS AUTOMOTIVO LTDA - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.490.889/0001-44**

**OBJETO DO CONTRATO - aquisição de peças para veículos automotores e prestação de serviços de mão de obra mecânica, elétrica e borracharia, para manutenção da frota municipal de Gongogi-Ba**

**VIGÊNCIA DO CONTRATO:** 21 de junho de 2022 a 31 de dezembro de 2022

**VALOR DO CONTRATO: R\$ 66.504,10 (sessenta e seis mil, quinhentos e quatro reais e dez centavos).**

Gongogi – Ba 21 de junho de 2022

---

Jucirlany Rodrigues Ribeiro  
Presidente da CPL